

A luta pela afirmação política das frações de classe economicamente dominantes: um estudo sobre a Associação Comercial do Paraná e seus presidentes de 1890 a 1946¹

Natália Cristina Granato²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O estudo da relação entre o poder político e o poder econômico é central para análises críticas que se debruçam sobre o capitalismo e seu desenvolvimento. Temos como contexto a sociedade paranaense no período de Revolução Burguesa, atravessada pela afirmação política da nova classe dominante em ascensão: a burguesia ervateira e madeireira, ambas economias que se desenvolveram através da indústria. O foco deste trabalho refere-se à atuação política e econômica da Associação Comercial do Paraná. Entendemos que tal entidade procura representar os interesses das frações de classe economicamente dominantes no Paraná entre a sua fundação, em 1889, sob a presidência de Ildefonso Pereira Correia, até 1946, quando se encerra a segunda gestão de Rivadavia Fonseca de Macedo. Esta periodização contempla a representação de classe da entidade durante os primeiros anos da Primeira República e se estende até o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Fundamentamos nossas reflexões sobre a Associação Comercial do Paraná associadas à análise da representação de interesses de determinadas frações de classe dominante e a organização social e política delas, tendo em vista a relação entre as esferas política e econômica. Entendemos que a classe economicamente dominante no Paraná no período analisado era fracionada entre a burguesia industrial ervateira e madeireira, frações que aspiravam a uma maior dominação política e consolidavam a organização própria de classe, colocando os seus interesses como interesses gerais. Demonstraremos, a partir da análise prosopográfica e genealógica dos presidentes da Associação Comercial do Paraná, a relação entre a histórica influência econômica e política que as famílias desses agentes exerciam, tendo a conjuntura que antecedeu a Revolução de 1930 como um ponto de inflexão para a sua atuação, e entendendo tal afirmação burguesa dentro da lógica da “modernização conservadora”, na qual não há a ideia de transformação radical, e sim a de metamorfose, preservando aspectos do passado.

Palavras-chave: Classe dominante; empresariado; Paraná; Associação Comercial do Paraná.

¹ GT 03: Instituições e Poder- Parentescos e Genealogias, 2022. Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no 12º Seminário Nacional de Sociologia & Política,

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Assessora Técnica na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: nataliagranato@hotmail.com.

Introdução

O estudo da relação entre os poderes político e econômico é central para análises críticas que se debruçam sobre o capitalismo e seu desenvolvimento. O contexto em questão é a sociedade paranaense no período de Revolução Burguesa, atravessada pela afirmação política da nova classe dominante em ascensão: a burguesia ervateira e madeireira, ambas economias que se desenvolvem através da indústria.

Neste trabalho, temos por objeto a atuação política e econômica da Associação Comercial do Paraná (ACP). Entendemos que tal entidade procura representar os interesses das frações de classe economicamente dominantes no Paraná entre a sua fundação, em 1889, sob a presidência de Ildefonso Pereira Correia, até 1946, quando se encerra a segunda gestão de Rivadávia Fonseca de Macedo. Esta periodização contempla a representação de classe da entidade durante os primeiros anos da Primeira República e se estende até o governo provisório de Getúlio Vargas.

O contexto recortado evidencia uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, como a formação e a consolidação do Estado capitalista moderno, a transição de uma economia baseada no trabalho escravo para o trabalho assalariado, a afirmação da burguesia industrial como fração de classe que se organiza gradativamente, o primórdio do movimento operário atuante sob bases sindicais, entre outras. Em contrapartida, tais mudanças se desenrolam em um cenário que preserva uma série de características dos períodos anteriores, visto que a estrutura de dominação da grande propriedade e das classes tradicionais não foi comprometida.

Nosso ponto de partida teórico é o materialismo histórico como base para o entendimento da noção de classe social. Tal perspectiva, em linhas gerais, entende que o modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e espiritual dos indivíduos. Esta relação entre a esfera social e econômica remete à ideia de que as classes sociais são “grupos de agentes sociais” definidos “principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1973, p.7). Esta definição pode ser encontrada na obra de Nicos

Poulantzas, autor neomarxista estruturalista que influenciou relevantes análises que relacionam o poder econômico ao poder político. O autor aponta para a variedade de frações de classe dominante nas formações sociais em um determinado modo de produção dominante. A diversidade de frações, interesses e lutas entre as classes é contemplada neste paradigma.

Fundamentamos nossas reflexões sobre a ACP associadas à análise da representação de interesses de determinadas frações de classe dominante e à organização social e política delas, tendo em vista a relação entre as esferas política e econômica. Entendemos que a classe economicamente dominante no Paraná no período analisado era fracionada entre a burguesia industrial ervateira e madeireira, frações que aspiravam a uma maior dominação política e consolidavam a organização própria de classe, colocando os seus interesses como interesses gerais. Este período também se caracteriza com a afirmação do desenvolvimento do capitalismo na sua fase industrial, ainda que de forma incipiente. Considerando a burguesia como classe dominante a partir dos apontamentos de Nicos Poulantzas, entendemos que ela é formada por um conjunto de frações burguesas dominantes que participam da dominação política e estabelecem alianças. Esta noção define-se como “bloco no poder”, que comporta frequentemente os interesses de outras classes além da burguesia, como o exemplo europeu da aristocracia fundiária (POULANTZAS, 1973, p.31).

Outro autor que desenvolve o conceito de classe dominante e norteia algumas de nossas reflexões neste trabalho é Pierre Bourdieu, tendo em vista que tal conceito refere-se a uma “população verdadeiramente real” que detém o poder devido à sua quantidade de “força social” (ou capital), relacionada à sua posição social. Desta forma, essa classe possui vantagens em relação às outras desde o momento de sua entrada nas lutas pelo “monopólio do poder” (BOURDIEU, 1989, p.28). Neste sentido, a classe economicamente dominante luta pelo poder, utilizando-se de variadas estratégias. Para Bourdieu, os agentes são portadores de um *habitus*, que varia segundo a posição que eles ocupam em determinado espaço no mundo social (BOURDIEU, 2004, p.158-159). Bourdieu refere-se a tais espaços como campos. Cada campo possui diferentes tipos de capital, como o econômico, o político, o social e o simbólico. Quanto maior o acúmulo

dos capitais pelos agentes que fazem parte da classe dominante, maior é a possibilidade desses agentes afirmarem suas posições na estrutura social.

Temos como hipótese a ideia de que as frações de classe economicamente dominantes no Paraná durante o período analisado objetivavam uma maior parcela do poder político ante as classes dominantes tradicionais que reproduziam a dominação política de modo hegemônico. Este movimento é perceptível na ação de classe da Associação Comercial do Paraná e em outros grupos que contestavam o padrão de dominação vigente na República Velha que exerciam oposição aos grupos políticos dominantes. No presente trabalho, destacamos as ações contestatórias que antecederam a Revolução de 1930, marco fundamental que estabeleceu um rearranjo de forças sociais e políticas que beneficiaram, em longo prazo, os interesses das frações burguesas emergentes. Tal inflexão, porém, não estabeleceu rupturas radicais com os interesses das classes dominantes tradicionais, visto que muitos dos agentes pertencentes às mesmas reproduziram a dominação política após a Revolução de 1930.

Boa parte da literatura sobre a Revolução de 1930 no Brasil caracteriza este processo como “modernização conservadora”. A Revolução de 1930 buscou a incorporação das aspirações das classes em ascensão, entre elas, a burguesia industrial, nas pautas do Estado (ou seja, quebrou o monopólio exclusivo das oligarquias rurais sobre o Estado). Mas isso não significa que tais classes hegemônicas da República Velha foram excluídas do processo político que estava em reformulação. Um dos autores que corroboram com esta tese é Boris Fausto (1997, p.116), o qual salienta que tal processo não modificou as relações de produção baseadas no grande latifúndio, e “o colapso da hegemonia burguesa do café não conduz ao poder político de outra classe ou fração de classe com exclusividade”. Outra autora que se aproxima da ideia da Revolução de 1930 como um processo de modernização conservadora é Maria do Carmo Campello de Souza, salientando que os interesses econômicos dominantes do período anterior não foram marginalizados. Segundo a autora, a Revolução de 1930 redefiniu os “canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central” (SOUZA, 1976, p.85).

No Paraná, a tese de continuidade das antigas famílias tradicionais no poder com influência e poder econômico no período pós-1930 pode ser conferida no trabalho “Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945”, de Ricardo Costa de Oliveira. Analisando o perfil das autoridades nomeadas pela interventoria do irmão de Plínio Tourinho, Mário Tourinho, o autor destaca a “continuidade de tradicionais grupos e famílias no poder” (OLIVEIRA, 2004, p.18), a começar pelo próprio interventor, membro de uma tradicional família local. Esta dinâmica continuou com o longo período de interventoria de Manoel Ribas, da qual o autor apontou a presença de membros de tradicionais famílias nas secretarias de Estado, na ACP, na Federação das Indústrias do Paraná, entre os deputados eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, os deputados federais eleitos em 1934 e os deputados estaduais eleitos em 1935. Assinalamos que as famílias tradicionais e históricas da classe dominante são também promotoras da modernização e da industrialização local, o que revela uma continuidade de poder e manutenção de antigos interesses dominantes:

A continuidade de tradicionais seguimentos sociais no processo político e sua capacidade parcial de aburguesamento, em alguns casos, apontam para a perspectiva de continuidades que a transformação burguesa não consegue romper. Esse processo também pode ser analisado como uma metamorfose burguesa. O “antigo regime” se acomodando e articulando com o novo. Ao invés da revolução, das rupturas e das inflexões, assiste-se à conciliação e à coexistência (OLIVEIRA, 2000, p.61).

Demonstraremos, a partir da análise prosopográfica e genealógica dos presidentes da ACP, a relação entre a histórica influência econômica e política que as famílias destes agentes exerciam, tendo a conjuntura que antecedeu a Revolução de 1930 como um ponto de inflexão para a atuação delas, e entendendo tal afirmação burguesa dentro da lógica da “modernização conservadora”, na qual não há a ideia de transformação radical, e sim a de metamorfose, preservando aspectos do passado.

Os presidentes da ACP de 1890 a 1946: uma análise genealógica e prosopográfica

Esta seção tem como objetivo a análise genealógica e prosopográfica dos presidentes da ACP em prol da verificação dos padrões de ação econômica e política que

tais agentes, entendidos como representantes dos interesses das frações de classe que faziam parte. Tais padrões possuem relação com o processo de transformações sociais e políticas que o Paraná vivenciava.

Em linhas gerais, uma análise genealógica relaciona os indivíduos em uma dada estrutura social com a ascendência comum. No ponto de vista da análise sociológica, identificam-se famílias, organizadas em redes de dominação, que perpetuam seus poderes, influências e riquezas ao longo dos séculos. Segundo Ricardo Costa de Oliveira (2000), no Paraná, aproximadamente 45 famílias perpetuam a dominação política e econômica desde os tempos coloniais. O autor tem como evidência empírica o livro *Genealogia Paranaense*, escrita por Francisco Negrão (2004), que menciona os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná, membros da classe dominante local. Negrão separa em seis volumes os descendentes dos primeiros povoadores do Paraná Tradicional a partir de títulos genealógicos, localizando as famílias e as alianças matrimoniais entre si. O volume I corresponde aos descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis, o volume II corresponde aos descendentes de João Rodrigues Seixas, o volume III corresponde aos descendentes de João Rodrigues de França. A partir do volume IV, são variados títulos genealógicos³. Tais títulos evidenciam os troncos familiares que se relacionam entre si e formam a classe dominante

Por sua vez, o método da prosopografia, ou biografia coletiva, segundo Lawrence Stone (2011), é uma investigação das características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida. Coletaremos variáveis biográficas como nome, filiação, local de nascimento, cargos políticos ocupados, profissão e partido político de origem dos agentes que exerceram a presidência da ACP entre os anos de 1890 e 1946.

³ Volume IV: Títulos Laras, Moraes Cordeiro, Mateus Leme, Teixeira de Azevedo, Xavier Pinto, Teixeira Coelho, Pereira Braga e Oliveira Cardoso. Volume V: Títulos Corrêa de Bittencourt, Cardoso de Lima, Taques, Oliveira Vianna, Goés Siqueira, Alves, Marques da Cunha e Azevedo da Silveira. Volume VI: Títulos Macedo, Laynes, Morocine Borba, Martins Lopes, Brandão de Proença, Simas, Souza Pinto, Rodrigues Vianna, Gonçalves Marques, Marques de Jesus, Silva Pereira, Santos, Nascimento de Farias, Maravalhas, Pereiras, Mendonça, Pereira Branco, Freitas de Saldanha, Alvares de Araújo, Soares da Costa, Xavier da Silva, Falcão Bastos, Moreira da Rocha, Gonçalves dos Santos, Pletz, Muller, Kalckman e Bley. (OLIVEIRA, 2000, pp.380-385).

O quadro a seguir sintetiza algumas informações genealógicas a respeito dos presidentes da ACP:

QUADRO 1: GENEALOGIA GERAL DOS PRESIDENTES DA ACP

Presidente	Títulos Genealógicos ⁴	Localização Genealogia Paranaense
Ildefonso Pereira Correia	Rodrigues de França	Volume III
José Ribeiro de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
João Ribeiro de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
Zacharias de Paula Xavier	Carrasco dos Reis Rodrigues de Seixas	Volume I Volume II
David Antônio da Silva Carneiro	Carrasco dos Reis	Volume I
João Phamphilo de Assumpção	Rodrigues de Seixas	Volume II
João Guilherme Guimarães	Rodrigues de França	Volume III
David Antônio da Silva Carneiro	Carrasco dos Reis	Volume I
Rivadavia Fonseca de Macedo	Rodrigues de Seixas	Volume II
Arcécio Guimarães	Rodrigues de França	Volume III
João Viana Seiler	Moraes Cordeiro Rodrigues de Seixas	Volume IV Volume II

Fonte: OLIVEIRA, 2000, p. 420. Quadro: Elaboração da autora

A partir das informações no quadro acima, assinalamos que os onze presidentes da ACP eram portadores de títulos genealógicos, o que indica a força da inserção deles na classe dominante tradicional do Paraná. Destacamos a recorrência das famílias Macedo e Carneiro, que ocuparam a presidência por duas vezes cada durante o período analisado.

O próximo quadro apresenta informações sobre a periodização das gestões, juntamente com as atividades econômicas e políticas exercidas pelos presidentes da ACP.

⁴ Considera-se como portador do título genealógico a condição por nascimento, casamento ou casamento de seus filhos.

QUADRO 2: PRESIDENTES DA ACP⁵: PERIODIZAÇÃO DAS GESTÕES, ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Presidente/ Gestões	Atividades Econômicas	Atividades Políticas
Ildefonso Pereira Correia (1890-1893)	Industrial e exportador de erva-mate e madeira	Juiz de paz da Vila de Antonina. Vice-presidente da província (1888), deputado provincial (1888-1889); Presidente da Câmara Municipal de Curitiba (1887). Membro do Partido Liberal.
José Ribeiro de Macedo (1893-1895) (1913-1917)	Industrial e exportador de erva-mate	Juiz de paz eleito em 1873 em Porto de Cima, PR, p.476, Vereador em Porto de Cima, PR, 1883, 1877 (p.483), Presidente da Câmara de Porto de Cima; Deputado Provincial por várias legislaturas. Vice-Presidente da Província. Inspetor Escolar e chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório (CARNEIRO, 1981, p.80). Chefe local do Partido Conservador.
Zacharias de Paula Xavier (1895-1897) (1901-1909) (1917-1919)	Industrial e exportador de erva-mate. Proprietário da primeira fábrica de louças do Brasil (Fábrica Colombo);	Membro do Partido Republicano Federal. Deputado provincial por várias legislaturas (1892)
David Antônio da Silva Carneiro (1897-1899)	Industrial e exportador de erva-mate. Diretor responsável pela organização dos negócios da família de Ildefonso Pereira Correia, como as marcas “Impressora Paranaense”, “Serrarias	Pertencia ao Partido oposicionista ao PRF, liderado por Vicente Machado. Deputado Provincial (1912)

⁵ GALERIA de Presidentes da Associação Comercial do Paraná (1889-2017). Disponível em: <<https://acpr.com.br/institucional/historia/>>. Acesso em 03. abr. 2022.

	São Sebastião”, “Volteio” e “Seis de Agosto”	
João Ribeiro de Macedo (1899-1901)	Industrial e exportador de erva-mate. Proprietário da Fonte mineral Ouro Fino	Coronel e chefe político local no município de Teixeira Soares. Vereador em Campo Largo (1887-1890).
João Phamphilo de Assumpção (1909-1913) (1927-1931)	Jurista e advogado	Consultor Jurídico do Estado
João Guilherme Guimarães (1919-1923)	Industrial e exportador de erva-mate	Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá. Prefeito de Paranaguá. Afastou-se da política após desentendimentos com Vicente Machado. Fundador do Partido Democrático Paranaense.
David Antônio da Silva Carneiro (1923-1927)	Industrial e exportador de erva-mate	Membro do Partido Autonomista (oposição ao PRP), fundado em 1920 e candidato à Câmara Municipal de Curitiba. Candidato à presidência do Paraná nas eleições de 1927, pelo Partido Democrático. Fundador do Partido Democrático Paranaense.
Rivadavia Fonseca de Macedo (1931-1933)	Filho do próspero comerciante curitibano e fundador da Junta Comercial do Paraná, Tobias de Macedo.	Secretário da Fazenda e Obras Públicas no governo Manoel Ribas (CARNEIRO, 1981, p.119), uma das duas secretarias existentes. Interventor provisório no Paraná. Presidente do Banestado.
Arcécio Guimarães (1933-1937) (1939-1946)	Industrial e exportador de erva-mate	Vereador em Curitiba, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.
João Viana Seiler (1937-1939)	Industrial e proprietário e sócio de firmas no setor	Membro do Partido Autonomista (oposição ao PRP), fundado em

	de secos e molhados. Industrial de laminados	1920. Candidato à Câmara Municipal de Curitiba
--	---	--

Fontes: ALVES (2014); CARNEIRO (1981); COSTA, (1981). Quadro: elaboração da autora.

Na análise das atividades econômicas dos onze presidentes da ACP do período em questão, assinalamos a presença dominante da indústria ervateira, desenvolvida por nove presidentes. Outras atividades como o comércio e a indústria de mercadorias diversificadas também se fazem presentes, porém de maneira secundária. Todos os presidentes da entidade durante o período analisado desenvolviam suas atividades no litoral e em Curitiba, justamente as regiões onde se desenvolviam as atividades industriais ervateiras.

Quanto às atividades políticas dos presidentes da ACP analisados, destacamos que, embora os estatutos da entidade desautorizassem a ação partidária dos seus membros (CARNEIRO, 1981, p.86), verificamos o exercício de cargos eletivos e de confiança de maneira recorrente. No entanto, assinalamos que tal presença na política não estava associada a posições de destaque e hegemonia, algo a ser conquistado pelos empresários, tal como demonstra a militância de João Guilherme Guimarães e David Carneiro em prol da afirmação de classe no campo de disputas de poder, enquanto ambos eram presidentes da entidade.

Na interpretação das atividades políticas dos presidentes da ACP, verificamos regulares atuações com aspectos reformistas, contra-hegemônicos ou dissidentes em relação ao poder dominante.

O primeiro presidente da entidade, Ildefonso Pereira Correia, o “Barão do Serro Azul”, era membro de uma família histórica que exerceu uma notável influência política e econômica que perpetuava a sua dominação desde o século XVIII (OLIVEIRA, 2000, p.388). Portador dos títulos “Ordem da Rosa” e “Barão do Serro Azul”, era filho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior e irmão do senador Manoel Francisco Correia (ALVES, 2014, p.300). Sua irmã, Francisca Correia, casou-se com Antônio Alves de Araújo, era sobrinha do líder conservador Manoel Eufrásio Correia (ALVES, 2014, p.247). Durante o seu tempo, foi um dos maiores exportadores de erva-mate do país, com uma ação empreendedora que acarretou na acumulação de um volumoso capital econômico.

José Ribeiro de Macedo, o segundo presidente da Associação Comercial do Paraná, também pertencia ao Partido Conservador durante o Império, tal qual seu antecessor. Pertence a uma das famílias históricas que perpetuavam-se enquanto classe dominante desde meados do século XVIII, sendo portador do título genealógico Rodrigues de Seixas e Macedo e descendendo de Baltazar Carrasco dos Reis (OLIVEIRA, 2000, p.391).

Teve notoriedade durante o período imperial, sendo o chefe local dos Partido Conservador e alcançando o cargo de vice-presidente da província, além de receber do Império o título de comendador. Também ocupou por vários mandatos o cargo de deputado provincial, sendo defensor de reformas liberais como a emancipação dos escravos e a instrução primária. Por sua influência, Porto de Cima decretou a libertação de todos os escravos cerca de um ano antes da lei Áurea (CARNEIRO, 1981, p.80). Algumas fontes o associam como defensor da república e da criação da Universidade do Paraná, juntamente com Rocha Pombo, no ano de 1892, vinte anos antes da concretização de tal feito (CARNEIRO, 1981, p.81).

No entanto, com a Proclamação da República, envolve-se com a criação do Partido Democrático Paranaense, agremiação que proclamava a regeneração dos costumes políticos e que apresentava posições de contrariedade em relação ao Partido Republicano Federal, situacionista e liderado por Vicente Machado, e o Partido Republicano, de cunho oposicionista. A recém-criada agremiação de José Ribeiro de Macedo, porém, não possuía representatividade eleitoral ante à máquina montada pelos partidos dominantes na Primeira República (GOULART, 2008). A carreira política de José Ribeiro de Macedo não foi exitosa durante a república, muito em parte devido ao seu pertencimento a um partido que ideologicamente propunha-se a representar os mais diversos interesses de classe, como os industriais, os operários, os capitalistas, os lavradores, os artesãos, além de representar somente os interesses dos ervateiros e dos grandes proprietários rurais (GOULART, 2008, p.309).

Zacharias de Paula Xavier é o terceiro presidente da ACP e ocupou tal cargo durante três mandatos. Notabilizou-se pelo seu capital econômico associado à indústria da erva-mate e empreendimentos inovadores, como a fábrica de louças da qual era

proprietário. Ao contrário dos seus antecessores, na transição para a república, filiou-se ao partido situacionista, o Partido Republicano Federal, chegando a ser deputado restringindo-se, porém, ao mandato que começou em 1892 (GOULART, 2008; NICOLAS, 1954). Sua carreira política indica o não alcance do êxito político no período republicano, a despeito das posições que detinha durante o Império, sendo o mesmo portador do título de coronel e portador de parentesco com notáveis políticos como o seu pai, o Major Antônio de Paula Xavier, vereador em Campo Largo, e o seu cunhado, Caetano José Munhoz, grande industrial ervateiro e deputado provincial pertencente ao Partido Conservador. Sua genealogia o liga a influentes e notáveis famílias que reproduziam sua influência no Império e na República, através das gerações sucessoras e dos casamentos empreendidos por elas. Deste modo, assinalamos que Zacharias de Paula Xavier era um agente que, a despeito do seu capital econômico, não detinha capitais políticos de notoriedade durante a Primeira República.

O quarto presidente da ACP é o coronel David Antônio Carneiro. A família Carneiro faz parte do plantel de famílias históricas da classe dominante paranaense que exerce notável influência desde meados do século XIX, sendo portadora do título Soares da Costa (OLIVEIRA, 2000, p.387). David Carneiro Júnior fez um mapeamento genealógico da família no qual identifica sua origem no território brasileiro com a vinda de um capitão de milícias português para Pernambuco em 1656, atuante no combate aos invasores holandeses. (MACHADO, 2012, p.21). A presença da família Carneiro no Paraná data da transferência de David Antônio da Silva Carneiro para a região. Nascido em Iguape, São Paulo, seu primeiro cargo político foi o de Coletor de Rendas de Antonina, substituindo o seu parente, o padre José Alves Carneiro, da investidura do cargo. Desde então, inseriu-se nos negócios da erva-mate, sendo funcionário e posteriormente sócio de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. Estabeleceu-se com a empresa David Carneiro e Cia., a partir de 1894 (OLIVEIRA, 2000, p.277).

A perpetuação da influência da família Carneiro se intensificou quando os filhos de David Carneiro estabeleceram matrimônios com as famílias históricas Monteiro de Carvalho e Loyola, entre outras conexões que ligam a família Carneiro à classe dominante tradicional.

O mandato posterior ao de David Carneiro foi exercido por João Ribeiro de Macedo. Tal como o seu irmão, o Coronel José Ribeiro de Macedo, ex-presidente da ACP, pertencia a uma família com relevantes capitais políticos no Império que não obteve cargos de alta notoriedade durante a República, restringindo a sua atuação política às posições de coronel e chefe político local dos ervaais da linha Sul do 2º Planalto, na região do município de Teixeira Soares (GOULART, 2008, p.109), além do exercício do cargo de vereador em Campo Largo no período que marca o fim do Império e o início da República, entre 1887 e 1890 (ALVES, 2014, p.493). Detentor de laços de parentesco com famílias históricas e volumoso capital econômico, José Ribeiro de Macedo não ocupava posições politicamente dominantes durante a Primeira República, fenômeno que ocorria também com outros membros da linhagem Ribeiro de Macedo⁶.

João Phamphilo de Assumpção ocupou a presidência da ACP por dois mandatos. Possuindo laços de parentesco com históricas famílias da classe dominante, sendo portador do título genealógico Rodrigues de Seixas (OLIVEIRA, 2000, p.420). Seus capitais econômicos vinculam-se às atividades jurídicas que exercia e lhes proporcionavam notável influência local. Phamphilo de Assumpção não exerceu nenhum cargo eletivo no estado durante a Primeira República, pois ele se revelava como um advogado que exerceu o cargo de consultor jurídico do Paraná.

Na transição entre a gestão de Phamphilo de Assumpção e João Guilherme Guimarães, a burguesia industrial e sua ação de classe empresarial tiveram a afirmação efetiva da participação política a nível local. João Guilherme Guimarães foi o primeiro presidente do Partido Democrático Paranaense, que possuía como endereço o Palácio do Comércio, sede da ACP, e foi organizado no interior desta entidade através da realização de conferências entre industriais e comerciantes que sentiam a necessidade da organização política coletiva, por meio de uma agremiação política e da fundação de jornais independentes (MANIFESTO, 28.jan.1927, p.2). Guimarães foi um dos defensores da atuação dos empresários e comerciantes na política (CARNEIRO, 1981, p.100), ou as chamadas “classes produtoras” do país (os agricultores, pecuaristas, industriais e

⁶ Na Assembleia Legislativa da Primeira República, membros da família como José Ribeiro de Macedo Jr, Francisco Ribeiro de Macedo, ocuparam mandatos (GOULART, 2008).

comerciantes), e atuou intensivamente em prol da representação política do empresariado no Partido Democrático e na ACP.

O presidente da ACP que sucedeu a Guimarães foi David Carneiro. Conforme já visualizamos, este agente possui vínculos de parentesco com importantes famílias da classe dominante tradicional paranaense. Também possuía notórios capitais econômicos, associados ao capital industrial e comercial ervateiro.

No entanto, sua atuação política não se colocava entre os círculos dominantes do poder, visto que pertencia ao Partido oposicionista ao situacionismo liderado por Vicente Machado organizado no Partido Republicano Federal.

O cargo mais significativo que ocupou foi deputado na Assembleia Legislativa em 1912, sendo membro da Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria e Redação (GOULART, 2008, p. 472). No entanto, desfez-se do seu mandato de deputado ao Congresso do Estado quando “entendeu que o Partido que o elegera não consultava aos grandes e reais interesses do estado” (FALLANDO, 25.set.1923, capa). Após o exercício de tal cargo, não se ajustou à política dominante local, sendo um ativo agente contra-hegemônico durante a Primeira República.

Também assinalamos as características reformistas e progressistas de David Carneiro acerca da questão social. O empresário era um entusiasta do auxílio aos operários. Em 1910, implementou em suas indústrias um sistema de regulamentação do trabalho que proporcionava aos seus operários direitos, como de assistência médica e de previdência social, além de auxílio dentário e habitacional, este último para os funcionários com mais de 10 anos de serviço nas suas firmas. Segundo o historiador David Carneiro, seu descendente, esta regulamentação foi pioneira no Brasil (CARNEIRO, 1981, p.105).

O primeiro presidente da ACP no contexto da Revolução de 1930 foi Rivadávia Macedo. O clã Macedo é tradicionalmente ligado à burguesia comercial do Paraná, tendo como um dos pontos mais importantes a criação da Junta Comercial do Paraná, no ano de 1892, que tinha no pai de Rivadávia, Tobias de Macedo, um dos seus fundadores. Conforme o já visto, a família contava com presidentes anteriores da ACP,

como José Ribeiro de Macedo, incluído na lista de comerciantes matriculados na Junta⁷, além de João Ribeiro de Macedo e José Ribeiro de Macedo Júnior.

Rivadavia Macedo pertencia a uma fração de classe da burguesia que viu os capitais políticos aumentarem com a Revolução de 1930, êxito não alcançado pelos seus parentes presidentes das gestões anteriores da ACP. Seus capitais sociais e econômicos eram volumosos, sendo empresário da construção civil, professor de engenharia na Universidade do Paraná, proprietário de fazendas de café e criação de gado (ALMEIDA, 1968, p.187). Foi fundador do Graciosa Country Club e do Rotary Club de Curitiba (CARNEIRO, 1981, p.120).

Considerações finais

Assinalamos que os presidentes da Associação Comercial do Paraná se apresentavam como representantes dos interesses das frações de classe dominante em ascensão durante o processo de modernização capitalista, que se referem à burguesia industrial ervateira e madeireira. As atividades econômicas exercidas revelam uma aproximação com a economia ervateira, que viveu seu apogeu até a década de 1930. No geral, observamos que esses agentes ocupavam posições coadjuvantes na política local e se inseriram no campo como oligarquias dissidentes durante a Primeira República, exercendo o protesto às oligarquias tradicionais e à falta de espaço de representação política de seus interesses de classe.

Observamos uma tendência geracional que indica o declínio do poder político de algumas famílias da classe dominante durante a passagem do Império para a consolidação do jogo político da Primeira República. Isso pode ser observado na trajetória política da família Guimarães, um dos “clãs”⁸ políticos de maior influência no

⁷ Um dos mais poderosos e influentes empresários brasileiros do seu tempo, o então presidente da Associação Comercial do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, também estava entre os fundadores da Junta Comercial do Paraná, bem como os futuros presidentes da ACP Zacharias de Paula Xavier e João Guilherme Guimarães.

⁸ Na tese em que analisa a Assembleia Legislativa de 1853 a 1889, Alessandro Cavassin Alves (2015, p.384) assinala que a política paranaense durante todo o período provincial era exercida por três clãs familiares: (1) o clã Sá Ribas, (2) o clã que unificava as famílias Alves de Araújo, Oliveira e Sá e Camargo e (3) o clã Guimarães Correia.

período imperial (a exemplo de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nácar) que se organizava no interior do Partido Conservador, representando os interesses da burguesia ervateira do litoral. Neste trabalho, analisamos a trajetória da geração familiar posterior à do Visconde de Nácar, representado pelo presidente da Associação Comercial do Paraná, João Guilherme Guimarães, um dissidente oligárquico que é um dos organizadores de uma das principais organizações de protesto à política dominante, sendo presidente do Partido Democrático Paranaense. Com a Revolução de 1930, abrem-se possibilidades de pesquisa sobre as famílias que tiveram seus capitais políticos potencializados. Temos a hipótese que a família Guimarães é uma delas, levando em consideração que tal processo é marcado por uma modernização conservadora, na qual a antiga estrutura de propriedade é mantida, ao mesmo tempo em que é remodelada pelas novas dinâmicas que se colocam.

Através da análise genealógica e prosopográfica dos presidentes da ACP, sublinhamos que eles predominantemente exerceram posições contra hegemônicas durante a Primeira República e ascenderam suas posições políticas tendencialmente com a Revolução de 1930. Um leque de possibilidades e perguntas de pesquisas se colocam sobre a gênese do protesto oligárquico que culminou na Revolução de 1930 no Paraná. A burguesia industrial, representada pela ACP, coloca-se como uma das protagonistas deste processo de mudanças, ainda que elas preservem aspectos da dominação tradicional que as mesmas discursivamente combatem.

Referências

ALMEIDA, Dino. **Bandeirantes do Progresso**. Curitiba: Alfa Empreendimentos do Paraná Ltda e Papelaria Universal Ltda, 1968.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná (1853-1889): A classe política. A Parentela no Governo**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARNEIRO, David. **Fasmas Estruturais da Economia do Paraná**. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

CARNEIRO, David. **Perfil histórico da Associação Comercial do Parana e Galeria dos Presidentes**. Curitiba: Reproset, 1981.

CLUB LITTERARIO. **Relatório do Presidente do Club Litterario de Paranaguá commendador João Guilherme Guimarães**, lido em sessão de posse a 1º de janeiro de 1912. Paraná: Bório, 1912.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**. Curitiba: Grafipar, 1981.

COSTA, Samuel Guimarães da. **A erva-mate**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite paranaense (1930-1947)**. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

FALLANDO Claro. **O Dia**. Curitiba, 25.set.1923.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, vol.15, n.2, pp. 225-256, 2004.

FUNDADORES do Graciosa Country Club. Disponível em: <<http://www.graciosa.com.br/sobre/fundadores/>>. Acesso em 08.abr.2022.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa paranaense (1889-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

GRANATO, Natália Cristina. **O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas**. Tese. Doutorado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque. **Revista de História Regional** 14(1): 76-104, Verão, 2009.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MACHADO, Daiane Vaiz. **O Percurso Intelectual de uma Personalidade Curitibana: David Carneiro**. Dissertação. Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução histórica da economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº87, jan./abr., 1996, p.131-148.

MONTEIRO, Nilson. **Pedaços de muita vida: a história dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná**. Curitiba: Edições do autor, 2012.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar: deputados provinciais e estaduais do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1954.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A Construção do Paraná Moderno: Políticos e Política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. **Estudos CEBRAP**, nº 3, 1973, pp.6-39. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/v2/files/uplod/biblioteca_virtual/as_classes_sociais.pdf>. Acesso em 08.abr.2022.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do mate: história da UFPR**. Curitiba: Edição da APUFPR, 1983.